

**PROPOSTAS DAS OFICINAS DO I CONGRESSO DA  
PASTORAL DA JUVENTUDE DA  
GRANDE SÃO PAULO E LITORAL**



**POLÍTICAS PÚBLICAS DE**

**juventude**

**À LUZ DA DOCTRINA SOCIAL DA IGREJA**

*“Jovem, Você é construtor da Paz!”*

*06, 07, 08 e 09 de julho de 2002*

*SANTO ANDRÉ / SP*

**INCLUI EM ANEXO AS PROPOSTAS DO 5º ENCONTRO NACIONAL DA  
REDE MINKA SOBRE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A JUVENTUDE**

## O Congresso...

O I Congresso da Pastoral da Juventude da Grande São Paulo e Litoral aconteceu durante os dias 06, 07, 08 e 09 de julho de 2002 na cidade de Santo André. As atividades do Congresso foram realizadas no Ginásio Pedro Dell'Antonia, no Colégio São José e na EMEI Carlos Drummond de Andrade. Os 1200 delegados jovens ficaram alojados nas casas de famílias residentes na diocese de Santo André.

O Congresso começou a ser organizado a partir do início do ano de 2001 pelas coordenações dos sub-regionais SP1 e SP2. A equipe executiva do evento contou com a participação dos bispos D. Décio Pereira, D. Gil Moreira e D. Fernando Legal.

A Celebração Eucarística de abertura foi presidida por D. Cláudio Hummes. E ainda no dia 06 de julho, foram feitas análises conjunturais a partir do tema JESUS CRISTO EM UMA SOCIEDADE JUSTA E SOLIDÁRIA. D. Irineu Danelon e Chico Whitaker foram os responsáveis pelo desenvolvimento do tema.

No dia 07 de julho, a Rosana da diocese de Mogi trabalhou o tema DOUTRINA SOCIAL DA IGREJA. O vereador de Diadema Zé Antonio e o professor e assessor do Instituto Pólis José Carlos Vaz expuseram o tema O QUE SÃO POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A JUVENTUDE. No período da tarde, O professor doutor da PUC/SP Mario Sergio Cortella e o bispo responsável pela Pastoral da Educação D. Aloísio Penna discutiram o tema EDUCAÇÃO NA SOCIEDADE BRASILEIRA. Esse tema foi acompanhado pela reflexão do tema TRABALHO NA SOCIEDADE BRASILEIRA apresentado pelo professor de Economia da Unicamp Plínio de Arruda Sampaio Jr. e pelo assessor da Pastoral Operária Waldemar Rossi.

Durante a manhã do dia 08 de julho, os delegados se debruçaram sobre o tema QUALIDADE DE VIDA desenvolvido pelo Pe. Jaime Crowe, responsável pela paróquia Santos Mártires do Jd. Ângela na Capital. No período da tarde, foram realizadas cerca de 50 oficinas com temas específicos sobre a realidade juvenil. Após o trabalho das oficinas aconteceu uma caminhada de manifestação pelas ruas próximas ao local do evento.

No dia 09 de julho, muitas propostas das oficinas foram apresentadas durante o ofertório da Celebração Eucarística e Zé Vicente coroou o Congresso com um lindo show de encerramento. Em todas as noites aconteceram diferenciadas apresentações culturais.



*Dedicamos este documento a  
D. Décio Pereira:  
Amigo da Juventude,  
Sonhou e concretizou  
este Congresso conosco!*

**PROPOSTAS DAS OFICINAS DO I CONGRESSO DA  
PASTORAL DA JUVENTUDE DA  
GRANDE SÃO PAULO E LITORAL**



**POLÍTICAS PÚBLICAS DE**

**juventude**

**À LUZ DA DOUTRINA SOCIAL DA IGREJA**

*“Jovem, Você é construtor da Paz!”*

**[INCLUI EM ANEXO AS PROPOSTAS DO 5º ENCONTRO NACIONAL DA  
REDE MINKA SOBRE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A JUVENTUDE]**

# Apresentação

*“Nas vilas, favelas e à beira-mar,  
Com Jesus Cristo vamos ver brotar:  
Nova Política que traz a Paz,  
Educação, Cultura e muito mais.”*

*A princípio nós sonhamos. Sonhamos intensamente com um mundo de Vida para a Juventude. Porém, sabemos que além de sonhar, nós temos que crer em nossos sonhos. E além de crer, é necessário trabalhar para que os nossos sonhos se concretizem no cotidiano da Juventude.*

*Para iniciarmos a concretização deste sonho, organizamos um Congresso de toda a Pastoral da Juventude da Grande São Paulo e Litoral para refletir, discutir e propor efetivamente Políticas Públicas para a Juventude de nossa região.*

*Somos Igreja! Por isso, analisamos o mundo juvenil não apenas pelo enfoque sociológico, mas a partir dos princípios cristãos de nossas comunidades católicas. Assim, o tema do nosso Congresso foi “Políticas Públicas para a Juventude à Luz da Doutrina Social da Igreja”.*

*O Congresso se orientou a partir de cinco eixos temáticos: Educação, Cultura, Qualidade de Vida, Trabalho e Participação Política. Após a exposição em grandes palestras destes temas, reunimos os 1200 congressistas em 50 oficinas com diversos temas específicos para juventude e ligados a estes eixos. Os jovens debateram idéias, refletiram em cima de dados concretos de sua realidade e formularam propostas de Políticas Públicas para a Juventude.*

*Neste documento estão os frutos de todo este trabalho de quatro dias de discussão, reflexão, doação, festa e celebração. Aqui estão as resoluções das oficinas! Ardorosa e bonita obra feita com as mãos e com a cara dos jovens que integram a Pastoral da Juventude da Grande São Paulo e Litoral e muitos outros movimentos juvenis que também contribuíram conosco.*

*Na esperança e na luta por uma sociedade justa e fraterna, sinal do Reino de Deus,*

*Coordenação do Congresso.*

# Q U e m S O M O S

*Somos a Pastoral da Juventude da Igreja Católica Apostólica Romana. Nos organizamos a partir de pequenos grupos juvenis articulados nas Comunidades Eclesiais de Base e Paróquias. A Fé em Jesus Cristo, a Partilha do Pão e a Luta por Cidadania são a essência de todo o nosso trabalho.*

*Pela organização geográfica da CNBB, a Capital, Grande São Paulo e a maior parte do Litoral são compostas pelas dioceses de São Miguel Paulista, Santo André, Osasco, Mogi, Guarulhos, Santo Amaro, Campo Limpo e Santos que formam o Sub-regional SP 2; e pela arquidiocese de São Paulo que se subdivide nas regiões episcopais Sé, Belém, Santana, Brasilândia, Lapa e Ipiranga, que formam o sub-regional SPI.*

*Nossa estrutura se articula a partir de diversas instâncias de coordenação nas comunidades, paróquias, setores, regiões, dioceses e regionais ligados organicamente à caminhada da Igreja no Brasil.*

*Em julho de 2001, reunidos em Assembléia Nacional (juntamente com outras pastorais de juventude), definimos um Plano Trienal para trabalharmos nos anos de 2002, 2003 e 2004. Um dos projetos deste Plano é o de elaboração de propostas efetivas de políticas públicas para a juventude. Este Plano Trienal é o orientador de todo o trabalho da Pastoral da Juventude do Brasil e o Congresso da PJ da Grande S. Paulo e Litoral é um de seus frutos.*

## ES + e DOcumento

- *As estruturas e temáticas das oficinas do Congresso foram definidas a partir da análise de outros textos sobre Políticas Públicas para a Juventude. Destes textos, podemos destacar as resoluções do 5º Encontro Nacional da Rede Minka (Rede de Militantes da Pastoral da Juventude do Brasil). Tais resoluções se encontram em anexo ao final de nosso documento.*
- *Este documento, com as propostas das oficinas do Congresso, deve ser discutido em reuniões dos grupos de base; suas propostas devem ser debatidas e ampliadas para a realidade local/municipal; as coordenações municipais de Pastoral da Juventude devem organizar sessões especiais nas câmaras municipais para debater as propostas e entregar oficialmente o documento ao poder público; bem como, deve-se verificar quais são os projetos de lei sobre políticas públicas para a juventude nas câmaras para que se apóie os que já existem ou propor itens deste documento.*
- *É responsabilidade das coordenações municipais de PJ encaminhar as propostas de mobilização, buscando parcerias com outros movimentos juvenis. Algumas dessas propostas que se referem às instâncias estadual e nacional devem ser discutidas nas Assembléias e encontros da Pastoral da Juventude.*
- *Muitas das propostas contidas neste documento não são voltadas somente para a juventude, pois a riqueza das discussões que aconteceram nas oficinas reduziu o tempo das mesmas e, em muitos casos, não foi possível um aprofundamento mais específico para a questão juvenil. É importante que se faça tal aprofundamento no momento em que promover debates na realidade local/municipal.*

# O Congresso

O I Congresso da Pastoral da Juventude da Grande São Paulo e Litoral aconteceu durante os dias 06, 07, 08 e 09 de julho de 2002 na cidade de Santo André. As atividades do Congresso foram realizadas no Ginásio Pedro Dell'Antonia, no Colégio São José e na EMEI Carlos Drummond de Andrade. Os 1200 delegados jovens ficaram alojados nas casas de famílias residentes na diocese de Santo André.

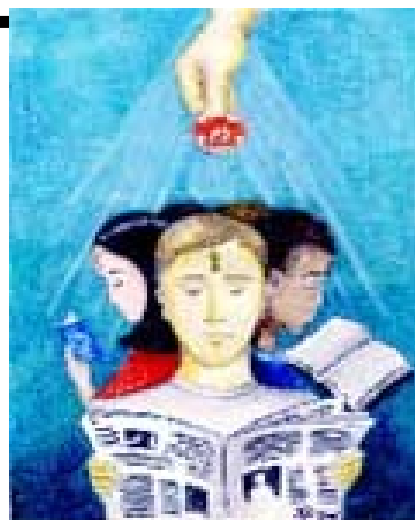
O Congresso começou a ser organizado a partir do início do ano de 2001 pelas coordenações dos sub-regionais SP1 e SP2. A equipe executiva do evento contou com a participação dos bispos D. Décio Pereira, D. Gil Moreira e D. Fernando Legal.

A Celebração Eucarística de abertura foi presidida por D. Cláudio Hummes. E ainda no dia 06 de julho, foram feitas análises conjunturais a partir do tema **JESUS CRISTO EM UMA SOCIEDADE JUSTA E SOLIDÁRIA**. D. Irineu Danelon e Chico Whitaker foram os responsáveis pelo desenvolvimento do tema.

No dia 07 de julho, a Rosana da diocese de Mogi trabalhou o tema **DOCTRINA SOCIAL DA IGREJA**. O vereador de Diadema Zé Antonio e o professor e assessor do Instituto Polis José Carlos Vaz expuseram o tema **QUE SÃO POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A JUVENTUDE**. No período da tarde, O professor doutor da PUC/SP Mario Sergio Cortella e o bispo responsável pela Pastoral da Educação D. Aloísio Penna discutiram o tema **EDUCAÇÃO NA SOCIEDADE BRASILEIRA**. Esse tema foi acompanhado pela reflexão do tema **TRABALHO NA SOCIEDADE BRASILEIRA** apresentado pelo professor de Economia da Unicamp Plínio de Arruda Sampaio Jr. e pelo assessor da Pastoral Operária Waldemar Rossi.

Durante a manhã do dia 08 de julho, os delegados se debruçaram sobre o tema **QUALIDADE DE VIDA** desenvolvido pelo Pe. Jaime Crowe, responsável pela paróquia Santos Mártires do Jd. Ângela na Capital. No período da tarde, foram realizadas cerca de 50 oficinas com temas específicos sobre a realidade juvenil. Após o trabalho das oficinas aconteceu uma caminhada de manifestação pelas ruas próximas ao local do evento.

No dia 09 de julho, muitas propostas das oficinas foram apresentadas durante o ofertório da Celebração Eucarística e Zé Vicente coroou o Congresso com um lindo show de encerramento. Em todas as noites aconteceram diferenciadas apresentações culturais.



## Quem Somos

*Somos a Pastoral da Juventude da Igreja Católica Apostólica Romana. Nos organizamos a partir de pequenos grupos juvenis articulados nas Comunidades Eclesiais de Base e Paróquias. A Fé em Jesus Cristo, a Partilha do Pão e a Luta por Cidadania são a essência de todo o nosso trabalho.*

*Pela organização geográfica da CNBB, a Capital, Grande São Paulo e a maior parte do Litoral são compostas pelas dioceses de São Miguel Paulista, Santo André, Osasco, Mogi, Guarulhos, Santo Amaro, Campo Limpo e Santos que formam o Sub-regional SP 2; e pela arquidiocese de São Paulo que se subdivide nas regiões episcopais Sé, Belém, Santana, Brasilândia, Lapa e Ipiranga que formam o sub-regional SP1.*

*Nossa estrutura se articula a partir de diversas instâncias de coordenação nas comunidades, paróquias, setores, regiões, dioceses e regionais ligados organicamente à caminhada da Igreja do Brasil.*

*Em julho de 2001, reunidos em Assembléia Nacional (juntamente com outras pastorais de juventude), definimos um Plano Trienal para trabalharmos nos anos de 2002, 2003 e 2004. Um dos projetos deste Plano é o de elaboração de propostas efetivas de políticas públicas para a juventude. Este Plano Trienal é o orientador de todo o trabalho da Pastoral da Juventude do Brasil e o Congresso da PJ da Grande S. Paulo e Litoral é um de seus frutos.*

# **PROPOSTAS DAS OFICINAS DO I CONGRESSO DA PASTORAL DA JUVENTUDE DA GRANDE SÃO PAULO E LITORAL**

## **PROGRAMA DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A JUVENTUDE**

# **Introdução**

*“(...) Ah, Senhor, eu não sei falar, porque sou jovem (...)*

*Não tenha medo. Eu hoje faço de você uma cidade fortificada,  
uma coluna de ferro (...) contra os reis e seus chefes, contra os sacerdotes e  
contra os proprietários de terras.” Jr 1, 6-18.*

1. Política significa arrumar a casa para todos e todas viverem nela, sem exclusões. Tudo o mais que se diz política, mas que não organiza a sociedade para o bem-estar de todos, é politicagem, corrupção, utilização de cargos para subir na vida, forma de dominar os outros, promoção de interesses pessoais ou de uma minoria, enriquecimento ilícito.
2. Pública é aquilo que pertence a todos, é do povo, o contrário de privado, que tem dono. Muitos querem transformar a política, que em sua própria essência já é pública, em privada, visando interesses e vantagens para uns pequenos grupos privilegiados, poderosos economicamente, de elite.
3. Juventude é o presente e o futuro. É o momento da vida em que os indivíduos estão se inserindo de forma ativa nas estruturas sociais. Se expressa de forma plural e carrega expectativas e sonhos para uma vida ainda em desenvolvimento. Compreende a população com faixa etária aproximada entre 16 e 30 anos e sua especificidade exige políticas públicas próprias.
4. Doutrina Social da Igreja é a orientação assumida pela Igreja Católica para trabalhar com as questões sociais. Sua fundamentação é de raiz teológica a partir da experiência profética das primeiras comunidades cristãs onde a partilha do pão é a presença viva de Jesus Cristo em nosso meio.
5. Igreja é morada e partilha de Deus. Assembléia do povo que se reúne para orar, celebrar, refletir e antecipar um Reino onde a Justiça e a Paz se abracem.
6. A Pastoral da Juventude da Grande São Paulo e Litoral realizou, entre os dias 6 e 9 de julho de 2002, seu 1º Congresso, com o tema: “Políticas Públicas para Juventude à luz da Doutrina Social da Igreja”, seguindo o lema: “Jovem, você é construtor da Paz”.
7. Durante o Congresso, foram realizadas várias oficinas, sendo elas agrupadas em torno de cinco eixos temáticos: Qualidade de Vida, Cultura, Educação, Trabalho, Cultura e Participação Política.
8. Reunindo os resultados de cada oficina, elaborou-se o programa das páginas seguintes, conjunto de vários projetos e ações propostos pelos participantes do Congresso, a partir de suas experiências e contribuições de assessores especializados em cada sub-tema. No final de nosso programa, temos a enumeração das oficinas executadas. No final de cada eixo, temos os nomes dos coordenadores e assessores e das oficinas os temas das oficinas realizadas.

# Qualidade de Vida

*“Eu vim para que todos tenham vida, e a tenham em abundância.” Jo. 10,10.*

- 1 A partir de seu I Congresso, a Pastoral da Juventude da Grande São Paulo e Litoral percebe que o desenvolvimento tecnológico, o avanço das ciências, a informatização, juntamente com a globalização, vem trazendo conseqüências, muitas vezes, cruéis para a maioria da população, sobretudo para a juventude, uma vez que não é levada em consideração a vida humana, a partir dos mais pobres.
- 2 Por isso, o eixo Qualidade de Vida, trabalhado no Congresso, apontou projetos e ações em dois grupos de grande importância: os Direitos Humanos, incluindo o Meio Ambiente, e a Saúde, que deve ser garantida para todas as pessoas.

## • DIREITOS HUMANOS / ECOLOGIA

- 3 É de fundamental importância que o povo brasileiro se conscientize a respeito de seus direitos, principalmente aqueles que garantam dignidade à pessoa humana, igualdade de oportunidade e liberdade, por isso, é preciso que um governo democrático e popular lute por justiça e respeito aos Direitos Humanos.
- 4 As Relações de Gênero incluem o relacionamento do homem e da mulher, ambos como construtores de uma nova ordem social. Geralmente, é durante a juventude que essas relações mais se alicerçam. Por isso, é o I Congresso propõe:
  - a. Criar um programa educativo-cultural para divulgação dos direitos e deveres dos cidadãos, com atenção especial às relações de gênero, através das escolas, centros etc.;
  - b. Haver direitos iguais para mães biológicas e mães adotivas;
  - c. Organizar encontros e plenárias de discussão, enfocando as relações de gênero, promovidas pelos órgãos públicos e sociedade civil, enfocando a questão das mulheres jovens;
  - d. Haver melhor preparação humana dos profissionais das Delegacias de Defesa da Mulher e construção de casas-abrigo de proteção às vítimas.
- 5 Nosso país possui um Sistema Prisional falido. Além de ser uma escola para o crime, denúncias sobre torturas nas prisões são em números assustadores. Para combater o crime, é preciso uma política prisional que traga a recuperação da pessoa humana. Algumas ações necessárias:
  - a. Publicação de relatórios sobre a situação carcerária no Estado e no País;
  - b. Reintegração de jovens ex-presidiários ao convívio social, eliminando estruturas discriminadoras da sociedade;
  - c. Realização de encontros e plenárias com a sociedade civil sobre a questão dos jovens presidiários.
- 6 A Discriminação Racial no Brasil é cultural. Oficialmente, não há preconceito nem discriminação em nosso país. Porém, a realidade é diversa. Ainda há o trinômio pobre, negro e mulher sobre as conseqüências de um preconceito mascarado. Os jovens negros são as maiores vítimas da violência policial, de desconfianças racistas e da exclusão das universidades e do mercado de trabalho. Por isso, é preciso introduzir:
  - a. Políticas e ações compensatórias em relação à diversidade racial e étnica, através de uma política de quotas, havendo igualdade nas oportunidades tanto nas universidades, como no mercado de trabalho..
- 7 Enquanto os grandes centros urbanos vivem o avanço tecnológico, colateralmente sofrem o aumento da poluição e contaminação do solo e da água. No Nordeste, a seca continua a ser



geradora de migrações para o sul e na Amazônia, a soberania nacional se mantém constantemente ameaçada. O Meio Ambiente é alvo de interesses mercantilistas, havendo a necessidade de se construir:

- a. Projetos de conscientização e integração ao meio ambiente, como grafite, campanhas “plante mudas”, etc.;
- b. Coletas seletivas para reciclagem;
- c. Trabalhos artesanais realizados por jovens com materiais recicláveis - garrafas, latinhas, etc.;
- d. Áreas de lazer ecológico;
- e. Programa de compostagem orgânica, em parceria com supermercados para doação de alimentos;
- f. Áreas de lazer ecológico para a juventude;
- g. Incentivos fiscais para limpeza periódica de terrenos baldios.;
- h. Projetos de conscientização ecológica através de grafites nos diversos espaços urbanos.

## • SAÚDE

- 8 A Saúde deve ser compreendida de forma integralizada a outras dimensões da pessoa humana e da sociedade. Por isso, é preciso que haja:
  - a. Formação para profissionais da saúde;
  - b. Maior investimento do governo em educação, cultura e lazer;
  - c. Maior investimento em centros de educação para saúde.
- 9 Nas políticas públicas para a Juventude, é necessária uma atenção especial para a Gravidez na Adolescência, incluindo uma Educação Sexual de qualidade e livre de preconceitos. Para isso, faz-se urgente:
- 10 Ampliar os campos de trabalho/emprego aos adolescentes que se encontram no processo de concepção e pós-concepção;
  - a. Desenvolver a formação escolar e comunitária – integradas – sobre prevenção de gravidez na adolescência;
  - b. Trabalhar a convivência de pais e adolescentes que passam pelo processo de gravidez, para que eles possam contribuir pedagogicamente neste processo;
  - c. Garantir maior oportunidade de trabalho/emprego às adolescentes que se encontram no processo de pós-concepção com preferência de contratação.
- 11 As doenças sexualmente transmissíveis, entre elas, a AIDS, podem ser reduzidas, havendo uma política de atenção e assistência a seus portadores. Por isso, é preciso:
  - a. Maior assistência aos portadores de DST;
  - b. Ampliar medidas de informação e prevenção sobre DST/HIV utilizando comunicação alternativa;
  - c. Ampliar casas de apoio a pessoas com DST/HIV em todas as cidades.
- 12 Para se erradicar a dependência química, é preciso compreender a utilização de drogas lícitas e ilícitas de forma integral. Por isso, as políticas públicas não podem se limitar a compreender esta dependência como problema de saúde mental. Há todo um contexto que deve ser combatido, como o tráfico de drogas, a situação de miséria e pobreza extrema, a falta de utopia na juventude, as inconstâncias do sistema financeiro, que afetam diretamente o bolso da população, a carência na saúde, educação, moradia, saneamento básico, esporte, lazer, cultura e outros direitos que constroem a base para a dignidade da pessoa humana. Porém, algumas ações se fazem urgentes, como:
  - a. Criar políticas efetivas de prevenção às drogas;
  - b. Ampliar as ações de prevenção às drogas através de parcerias com escolas, MCS etc.;
  - c. Cobrar das prefeituras o apoio para a organização de eventos e trabalhos de prevenção às drogas nas escolas, como os Centros de Referência para a Juventude;
  - d. Inserir matérias referentes à prevenção de drogas nas disciplinas escolares;

- e. Elaborar leis mais severas contra a comercialização de bebidas alcoólicas e cigarros;
  - f. Desenvolver projetos integrados de tratamento para usuários de drogas (NA, AA, ANON, CADE...), com parcerias e convênios a estas entidades, com a rede pública acompanhando o pós-tratamento;
  - g. Criação de centros culturais, praças recreativas e centros esportivos para entretenimento como alternativa ao tráfico e uso das drogas;;
  - h. Polícia comunitária bem reforçada e capacitada para agir sem violência e sem preconceitos com jovens usuários.
- 

## **Coordenadores das Oficinas do Eixo Qualidade de Vida**

*Renata Carvalho/ Euzeli (São Miguel - PJMP); Dori / Fabiana (Santo André); Valter (Osasco); Sandra/ Andréia/ Anderson (Guarulhos); Anderson (Campo Limpo); Marcia (CESEP); Milene/ Daiane/ Cintia (Guarulhos); Thais Helena (Santana); Lusiene/ Patrícia (São Miguel -PJMP); Wilson / Sergio (São Miguel); Joseane (Belém).*

## **Assessores das Oficinas de Qualidade de Vida**

*Andréia (PJMP/Anti-racismo USP); Fabio Moreiraão (São Miguel - PJMP/ FUNAP); Valéria Cury e Frei Paulo (MIRE); Ricardo Rechi (Belém); Ronaldo (Diadema); André (CADI); Marco Aurélio (Hospital das Clínicas); Salete (Rede MINKA); Juni (Centro de Saúde); Daniel (Sub-prefeitura Santana).*

## **Temas das Oficinas do Eixo Qualidade de Vida**

*Direitos Humanos (Questões raciais e de gênero)/ Meio Ambiente Urbano/ Drogas (prevenção e combate)/ Gravidez na Adolescência (Prevenção e pós-concepção)/ DST/HIV (prevenção e sexualidade).*

# Cultura

*“(...) alguns de nós vieram de Roma (...) também há cretenses e árabes.  
E cada um de nós em sua própria língua os ouve  
anunciar as maravilhas de Deus!” At. 2,11.*

1. A partir de seu I Congresso, a Pastoral da Juventude da Grande São Paulo e Litoral observa que para se pensar em políticas de cultura para juventude, há que se levar em conta que já existe a cultura da juventude. Nos grupos, tribos e organizações (principalmente das periferias, da rua), os jovens produzem seus símbolos e representações e criam, à sua maneira (legítima, autêntica) as suas manifestações culturais.
2. Nessa perspectiva, há no universo juvenil uma diversidade de “juventudes”, diferenciadas por razões socioeconômicas, culturais e regionais.
3. Sem perspectivas de futuro, com o mínimo de dignidade (educação, trabalho, saúde, lazer), muitos jovens brasileiros, não por opção, mas por falta de opções, acabam por desperdiçar seu potencial de criatividade e energia nos caminhos da marginalidade, ou do tráfico de drogas.
4. Os jovens, os jovens, porém, lutam por mudanças. Querem que a sociedade saiba o que eles são, pensam e sonham. E se utilizam a arte de rua, das tribos, às vezes de sua rebeldia, para se apresentarem. Quando podem expressar seus reais sentimentos, idéias, anseios e necessidades, ganham autonomia e encontram, nessa dinâmica, os canais para desenvolverem sua sensibilidade latente e suas capacidades, inclusive a de intervir na vida social, transformando-a para melhor. Desta maneira afirmam sua identidade e resgatam sua dignidade.
5. Nesse sentido, quando pensamos em cultura para juventude, estamos também contribuindo para a emancipação das potencialidades humanas dos jovens. Temos, porém, temos que ter o cuidado de não “impor a cultura”, pois não se trata de levar mais cultura para os jovens de forma vertical, mas facilitar-lhes o acesso aos instrumentos de formação cultural e artística de um lado, e por outro, lado valorizar a cultura juvenil das periferias, das ruas, das tribos.
6. Também é importante salientar que existe muita relação entre cultura e educação. Algumas propostas do sub item Meios de Comunicação Social, por exemplo, se aproximam do conceito de Educomunicação, ou educação para a comunicação.
7. Seguindo essa linha e idéias, o I Congresso propõe socializar os conhecimentos teóricos e práticos de arte e cultura, facilitar o acesso, ampliar os espaços para formação, e viabilizar as manifestações culturais. eEstão entre as principais propostas elaboradas pelos jovens estão:

- **CULTURA**

8. Criação de Oficinas Culturais nos bairros e formação de grupos das mais variadas expressões artísticas (teatro, música, poesia, literatura, autores, danças, artes plásticas, artesanato, arte com lixo reciclado, vídeo e fotografia, etc..) e esportivas, valorizando a arte de rua (grafite, cultura hip hop, skate, dança de rua), com conteúdos de crítica social e outros, investindo inclusive na formação de novos artistas e atletas.
9. Desenvolver atividades que valorizem e resgatem as raízes culturais e históricas de cada comunidade.
10. Criação de bibliotecas populares e culturais, com campanhas de incentivo à leitura.
11. Garantir para aos jovens das periferias um sistema de transporte gratuito aos locais de eventos culturais e esportivos.

12. Mutirões populares para manutenção e restauração de equipamentos públicos de cultura, esporte e lazer, criando consciência para valorização e conservação de referidos bens públicos.
13. Criação de atividades como torneios, campeonatos intercolégiais e festivais comunitários para incentivar a prática do esporte, a integração da comunidade e o lazer das famílias.
14. Constar da grade curricular do ensino médio o estudo e a prática de manifestações culturais.
15. Promover encontros, congressos e seminários sobre o tema cultura nos espaços públicos dos bairros.
16. Constar a dimensão cultural no currículo escolar em matérias como História e Educação Artística.
17. Criação de um Fórum permanente de política cultural.
18. Sugestões para a viabilização das propostas:
  - a. Estabelecer parcerias da Comunidade com as Secretarias de Cultura, Igrejas, ONG's e Universidades para investimentos, suporte técnico e humano na realização das propostas;
  - b. Relativamente à parceria com as Universidades, oferecer estágios para estudantes de artes, educação física, e outros afins, na atuação junto às comunidades, colaborando na implantação dos projetos.
  - c. Estimular e garantir a participação da comunidade juvenil local na indicação de líderes/integrantes de comissões que articulem projetos de cultura, esporte e lazer.
  - d. Aproveitar todos os espaços disponíveis nos bairros e comunidades para os fins aqui propostos. Terrenos baldios, sedes das sociedades de bairro, igrejas, centros comunitários, casas de cultura.
  - e. Com relação às escolas públicas, elaborar projetos de lei com vistas à disponibilização das mesmas para atividades culturais e esportivas da comunidade nos finais de semana e feriados e ampliar/criar o programa "Escola Aberta".
  - f. Nas escolas públicas, ocupar o tempo ocioso de aulas vagas com atividades culturais.

## • MEIOS DE COMUNICAÇÃO

19. IMPRENSA EM GERAL:
  - a. Criação de centros de integração entre faculdades de comunicação e comunidades, que motivem a criação de jornais de bairro e de escola, rádios comunitárias, etc., patrocinados por comerciantes locais e organizados pelos estudantes/estagiários de comunicação social, com remuneração periódica.
  - b. Incentivar a produção e manutenção de uma imprensa alternativa juvenil.
20. Criação de centros de integração entre faculdades de comunicação e comunidades, que motivem a criação de jornais de bairro e de escola, rádios comunitárias, etc., patrocinados por comerciantes locais e organizados pelos estudantes/estagiários de comunicação social, com remuneração periódica.
21. IMPRENSA EM GERAL:
  - c. Articular meios de captação de recursos financeiros para incentivar a produção e manutenção de uma imprensa alternativa juvenil.
22. RÁDIO:
  - a. Propostas de lei que facilitem a criação, liberação da concessão de rádios comunitárias;
  - d. Campanhas institucionais para incentivar a criação de novas rádios comunitárias;
  - e. Divulgação das rádios comunitárias existentes e sua programação;
  - f. Criação de rádios laboratórios nos municípios para realização de oficinas onde os jovens aprendem, se comunicam e prestam serviço à comunidade.
23. INTERNET:
  - a. Criação, por parte das prefeituras, de um *site* na internet com informações específicas para a juventude, divulgando agenda cultural da cidade, notícias, projetos e demais assuntos de interesse da juventude.

---

## **Coordenadores das Oficinas do Eixo Cultura**

*Ana Claudia (Osasco); Cláudio (Guarulhos); Analice (Campo Limpo); Fernando (Santos); Marcelo/ Adriana (Santana); Marcos (Brasilândia( )); Guidson (Rede MINKA); Egberto/ Marizete (Osasco); Fabiana/ Thiago (Campo Limpo) Marcos Dantas ( (Sé); Marcio Freitas (Santana).*

## **Assessores das Oficinas de Cultura**

*Marcio Camacho (CRAPJ); Pe. Nelson (Santo André); Zé (MIRE); Michel ( ); Hidário (Casa de Cultura); Helena (Pastoral Operária); Nádia (Espaço CHE); César Domiciano (Secretaria de Cultura do Embu); Valdir (Movimento BOTA); Roberto Casseb (Cultura – PT).*

## **Temas das Oficinas do Eixo Cultura**

*Meios de Comunicação Social (Rádios Comunitárias, Intervenção da Comunicação, Imprensa Alternativa)/ Espaços Culturais de Bairro (Criação/estrutura, Utilização, Ligação com a Comunidade)/ Valorização da Cultura Local (Produção da Cultura pela Juventude, Eventos nos Bairros, Movimentos Culturais)/ Cultura, Esporte e Lazer (Espaços e eventos).*

# Educação

*“Orienta teu coração para a educação e teu ouvido para os ensinamentos da experiência.” Pv. 23, 12.  
“Porque a vocês foi dado conhecer os mistérios (...)” Mt. 13,11.*

1. A partir de seu I Congresso, a Pastoral da Juventude da Grande São Paulo e Litoral aponta que a Educação não está sendo tratada com a devida importância. As escolas de ensino fundamental público não sabem qual é sua função social e não se preocupam com os seus alunos; há falta de professores nas escolas e o espaço físico é mínimo, causando lotação nas salas de aula e prejudicando a qualidade do ensino.
2. Quanto ao Ensino Médio: está heterogêneo, individualista, deturpado, informal, “copista”, com vícios, diferença salarial entre os professores do setor privado e do setor público. A escola é o reflexo da sociedade local. O aluno de escola pública é levado a se desvalorizar.
3. Quanto ao acesso à universidade, há uma contradição de valores no processo educacional: alunos vindos do ensino público estudam nas universidades privadas e alunos vindos do ensino privado estudam nas universidades públicas. Não há reconhecimento dos Cursos de extensão universitária. As comunidades não se apropriam do conhecimento da universidade e se cria um “abismo” na relação entre as duas esferas. A qualidade do ensino superior está prejudicada, pois muitas instituições universitárias, devido a uma visão mercantilista da educação, não têm quaisquer compromissos científicos, tampouco, com questões sociais.
4. Os Vestibulares são fator de discriminação econômica e social, pelo valor elevado de sua taxa e pelo seu caráter competitivo. Os alunos de universidades privadas sentem-se inferiores aos alunos de universidades públicas, pois o nome da universidade se torna outro fator de discriminação no mercado de trabalho.
5. Em nosso I Congresso, destacamos algumas das causas pelas quais os alunos de escolas públicas não têm acesso à universidade pública:
  - a. Desestruturação do ensino público;
  - b. Falta de mais vagas nas universidades públicas;
  - c. Baixa qualidade do ensino público fundamental e médio;
  - d. O vestibular é elitista e cobra o conteúdo ensinado nas escolas particulares e não sabe avaliar a qualidade de cada pessoa, mas somente o acúmulo de conteúdos;
  - e. O horário das aulas, em 70% dos cursos das universidades públicas, é no período diurno, prejudicando o trabalhador, que normalmente só pode estudar a noite.
6. Quanto ao ensino universitário, percebemos a falta de perspectiva de alunos e professores no que se refere à melhoria na qualidade; dificuldades financeiras do aluno para pagar ou se manter na faculdade; pouca informação nas escolas sobre cursos pré-vestibulares populares; falta discussão em sala de aula visando a formação de uma consciência crítica; pouca capacitação para os professores. Má estruturação curricular para atender às demandas e objetivos universitários. Pode-se, ainda, perceber o comodismo e a elitização da educação de qualidade.
7. Quanto à alfabetização de adultos, as pessoas que não tiveram acesso à educação, por diversos motivos, têm vergonha de sua situação. A sociedade os exclui, sendo eles, geralmente, pobres ou miseráveis (“sobrevivem”). Falta tanto oportunidade quanto vontade para alfabetizar e ser alfabetizado.
8. Quanto à organização estudantil, existem alguns grêmios que são burocráticos ou manipulados pela direção da escola ou pelo movimento estudantil institucionalizado; sem autonomia; desunidos. Pois não existe uma política de incentivo à criação de grêmios e para os que já existem, não há capacitação sobre o papel do grêmio na escola.
9. Diante dessa realidade, no I Congresso fixaram-se alguns objetivos no eixo da educação:

10.

1 Sistema de educação falido:

- a. A Educação está em último plano. Há indícios de verbas desviadas da educação, pois não se prioriza este setor. As escolas de ensino fundamental público não se preocupam com os seus alunos; o espaço físico é mínimo, causando lotação nas salas de aula.
  - b. Quanto ao Ensino Médio. Está heterogêneo, individualista, deturpado, informal, “copista”, com vícios, diferença salarial entre os professores do setor privado e do setor público. A escola é o reflexo da sociedade local. O aluno de escola pública é levado a se desvalorizar.
  - c. Quanto ao acesso à universidade. Há uma inversão de valores, num processo educacional contraditório: alunos vindos do ensino público estudam nas universidades privadas e alunos vindos do ensino privado estudam nas universidades públicas. Não há reconhecimento dos Cursos de extensão universitária. As comunidades não se servem do conhecimento da universidade. Os Vestibulares, em sua própria inscrição, já se torna fator de discriminação econômica e social, pelo valor elevado de sua taxa. Os alunos de universidades privadas sentem-se inferiores aos alunos de universidades públicas, devido à visão mercantilista da educação, onde a qualidade do ensino superior está a favor de um sistema capitalista, ao invés de considerar a necessidade social da maioria da população. O nome da universidade se torna outro fator de discriminação no mercado de trabalho.
  - d. Os alunos de escolas públicas não têm acesso à universidade pública pelas seguintes causas:
    - i. desestruturação do ensino público;
    - ii. falta de mais vagas nas universidades públicas;
    - iii. baixa qualidade do ensino público: falta de qualificação dos professores e quando há exceções de profissionais bem formados, não há vontade política para se investir em educação;
    - iv. o vestibular é elitista e cobra o conteúdo ensinado nas escolas particulares e não sabe avaliar a qualidade de cada pessoa, mas somente o acúmulo de saber;
    - v. o horário das aulas, em 70% dos cursos das universidades públicas, é no período diurno, prejudicando o trabalhador, cujo melhor período é o noturno;
    - vi. falta de políticas públicas para a juventude no tocante ao ensino da rede pública de ensino fundamental e médio, não incentivando o jovem a lutar por uma vaga na universidade pública.
  - e. Quanto à universidade pública. Falta de perspectiva de alunos e professores, dificuldades financeiras do aluno para pagar ou se manter na faculdade, pouca informação nas escolas sobre cursos pré-vestibulares populares, não há discussão em sala de aula sobre um senso e uma consciência crítica, pouca capacitação para os professores. Má estruturação curricular para atender às demandas e objetivos universitários. No entanto, há futuros professores que querem mudar. Pode-se, ainda, perceber o comodismo e a elitização da educação de qualidade. Nota-se, também, a exclusão, desde o início, promovendo maus profissionais que venham atender às necessidades da população.
  - f. Quanto à alfabetização de adultos. As pessoas que não tiveram acesso à educação, por diversos motivos, têm vergonha de sua situação. A sociedade as exclui, sendo eles, geralmente, pobres ou miseráveis (“sobrevivem”). Falta tanto oportunidade quanto vontade para alfabetizar e ser alfabetizado.
  - g. Quanto à organização estudantil. Existem alguns grêmios que são manipulados, burocráticos (atrelados ao diretor); sem autonomia; desunidos; que se desvirtuaram dos verdadeiros objetivos.
- 2 Diante dessa realidade, fixou-se alguns objetivos no eixo da educação:
- a. Formar cidadãos críticos e jovens protagonistas e “empreendedores”, na importância de sua participação na política;
  - b. Promover o acesso dos jovens à informação dos jovens;
  - c. Dar oportunidade ao jovem despossuído excluído de ter acesso à universidade pública;
  - d. Discutir a questão da qualidade do ensino superior, bem como seus objetivos e suas necessidades;
  - e. Discutir e conscientizar a respeito da realidade social em que a educação está inserida;

- f. Lutar pelo acesso das classes populares à universidade pública.
  - g. Despertar a consciência da importância da educação básica e apresentar à população mostrar o índice de alunos que deixam a escola por ano;
  - h. Criar ações e meios que visem ao combate ao analfabetismo;
  - i. Resgatar os verdadeiros objetivos do movimento estudantil e o papel do grêmio estudantil na escola, a partir de princípios da participação democrática e do respeito ; atendendo à diversidade da juventude, fidelidade, democracia dentro do movimento estudantil e buscando projetos concretos;
  - j. Um acesso mais justo à universidade pública, com aumento do número de vagas;
  - k. Uma Universidade que respeite os valores humanitários;
  - l. Valorização da área de ciências humanas pelo mercado de trabalho;
  - m. Dar à comunidade o acesso ao conhecimento produzido pela universidade, sendo que a universidade deve desenvolver projetos comunitários de caráter social.
11. Para alcançar nossos objetivos e metas, propomos:
- a. Organizar e apoiar financeiramente cursinhos pré-vestibulares nas escolas públicas, inclusive os projetos já existentes, bem como, garantir espaço físico para todos os grupos de jovens que queiram manter um curso pré-vestibular;
  - b. Campanhas de informações para os alunos das escolas de ensino fundamental e médio sobre a legislação referente aos direitos de organização dos estudantes;
  - c. As universidades deverão formar agentes para trabalhar no Projeto Rede Família de Educação (como na Diocese de Santos e na Prefeitura de São Paulo);
  - d. Cursos técnicos voltados para a população carente;
  - e. Criar novas universidades públicas, sanando o problema de vagas e garantindo oportunidades reais a todos os jovens;
  - f. Participação e integração escola-aluno-comunidade e que a escola torne-se espaço aberto para a juventude;
  - g. Valorização e remuneração digna dos professores;
  - h. Formação continuada (diferente da não-reprovação) – currículo – formação do aluno – formação do profissional;
  - i. Gestão democrática de fato nas escolas; votação direta para Diretor;
  - j. Propomos que nos governos democráticos populares os investimentos mínimos na educação sejam de 30%;
  - k. Por melhor qualificação dos alunos do Ensino Médio e que o conteúdo do vestibular seja equivalente à grade curricular ministrada nas escolas públicas de ensino médio;
  - l. Isenção das taxas de inscrição nos vestibulares das universidades públicas para alunos das escolas públicas;
  - m. Política de cotas para alunos negros e para alunos oriundos das escolas públicas – como ação afirmativa em curto prazo;
  - n. Para o trabalho de alfabetização de adultos: utilização das escolas que ficam fechadas à noite, como espaço de alfabetização; conscientização da importância da alfabetização, utilizando-se os meios de comunicação social, as escolas e as comunidades; bolsa-auxílio para os que têm dificuldade em ir para a escola;
  - o. Semana de cidadania nas escolas (cultura, esporte, lazer, envolvimento com os problemas da comunidade);
  - p. Programa ousado de Alfabetização de jovens e adultos.
12. Apontamos também algumas ações:
- a. Formação para a arte com os educadores;
  - b. Criação de Grupos de Trabalhos universitários para apoio logístico às ONG's;
  - c. Cooperação entre as universidades;
  - d. Ampliação de estágios na própria universidade;
  - e. Avaliação do histórico escolar no acesso à universidade;
  - f. Vários sistemas de avaliação;



- g. Ampliar as parcerias de níveis estatais;
- h. Limitar a 35 o número de alunos por sala no ensino fundamental e ampliar vagas e quadro de professores;
- i. Aumentar a parcela do PIB referente aos investimentos em educação;
- j. Garantir assistência psicológica social nas escolas, a cada 500 alunos;
- k. Implantação da educação especial e a contratação de profissionais para essa área.

3 Por isso, queremos:

- a. Um acesso mais justo à universidade pública, com aumento do número de vagas;
- b. Uma Universidade mais humana;
- c. Valorização da área de ciências humanas pelo mercado de trabalho;
- d. Dar à comunidade o acesso ao conhecimento produzido pela universidade, sendo que a universidade deve produzir bens para a sociedade.

### **Projetos**

4 Para alcançar nossos objetivos e metas, propomos:

- a. Realizar o projeto Educafro nas escolas e incentivar o voluntariado, ajudando o jovem a se inserir na sociedade, inserindo-se ou criando Conselhos Municipais Juvenis.
- b. Informar os profissionais da área sobre a lei que viabiliza a articulação de movimentos estudantis, transformando-os em incentivadores.
- c. As universidades deverão formar agentes para trabalhar no Projeto Rede Família de Educação (como na Diocese de Santos e na Prefeitura de São Paulo).
- d. Curso técnico popular.
- e. Criar novas universidades públicas, sanando o problema de vagas.
- f. Universalização do ensino universitário, garantindo oportunidades reais a todos os jovens.
- g. Definir quais cursos são fundamentais para a sociedade.
- h. Participação e integração escola-aluno-comunidade e a escola espaço aberto para a juventude
- i. Valorização e remuneração digna dos professores
- j. Formação continuada (diferente da não-reprovação) – currículo – formação do aluno – formação do profissional.
- k. Gestão democrática de fato nas escolas; votação direta para Diretor.
- l. Propomos que nos governos democráticos populares os investimentos mínimos na educação sejam de 30%
- m. Por um melhor acesso à Universidade Pública e qualificação do Ensino Médio: Reestruturação do ensino; isenção das taxas de inscrição nos vestibulares das universidades públicas; política de cotas para alunos negros e para alunos oriundos das escolas públicas – como ação afirmativa no curto prazo: facilitar o acesso à universidade de acordo com a realidade atual até que se melhore a qualidade do ensino; aumento do número de vagas; conscientização popular sobre a importância de se ter um ensino público fundamental e médio de qualidade; garantir espaço físico para todos os grupos de jovens que queiram manter um curso pré-vestibular; frente de luta por educação de qualidade; conteúdo do vestibular equivalente à grade curricular ministrada nas escolas públicas de ensino médio.
- n. Para o trabalho de alfabetização de adultos: utilização das escolas que ficam fechadas à noite, como espaço de alfabetização; conscientização da importância da alfabetização,, utilizando-se os meios de comunicação social, as escolas e as comunidades; bolsa-auxílio para os que têm dificuldade em ir para a escola.
- o. Semana de cidadania nas escolas (cultura, esporte, lazer, envolvimento com os problemas da comunidade).
- p. Programa ousado de Alfabetização de jovens e adultos;

## Atividades

### 5 Algumas ações:

- a. Formação para a arte (educadores).
- b. GTs universitários para apoio logístico às ONGs.
- c. Cooperação entre as universidades.
- d. Ampliação de estágios na própria universidade.
- e. Avaliação do histórico escolar no acesso à universidade.
- f. Vários sistemas de avaliação.
- g. Ampliar as parcerias de níveis estaduais.
- h. Debates e marchas culturais.
- i. Fóruns participativos abertos à comunidade para discussão em escolas, associações, igrejas e pessoas afins.
- j. Quanto ao Ensino Fundamental: Limitar a 35 o número de alunos por sala, ampliar vagas e quadro de professores, aumentar a parcela do PIB referente aos investimentos em educação, participar do movimento a favor da derrubada dos vetos sobre o Plano Nacional Educacional, participar dos planos de educação estaduais e municipais, mobilizar os grupos para trabalharem a cidadania dentro das escolas, criar fóruns de debates, levantar os problemas da comunidade e buscar soluções adequadas à sua realidade, fiscalizar a aplicação do dinheiro público na educação.
- k. Mobilizar e conscientizar professores e alunos para o melhoramento de sua escola; a escola precisa se preocupar com a saúde psicológica e a estrutura familiar do aluno; conscientização dos direitos e deveres do aluno; redução do número de alunos por classe.
- l. Divulgação sobre os Grêmios Estudantis, onde a escola pública seja o lugar por excelência de incentivo à organização estudantil.
- m. Aprofundar discussão do Fundo Nacional de Educação
- n. Questionamento da não-reprovação, acompanhada de uma reforma na educação que tenha como eixo teoria, organização e ação, com estágios obrigatórios e participação ativa nas comunidades
- o. Garantir assistência psicológica social nas escolas, a cada 500 alunos.
- p. Implantação da educação especial e a contratação de profissionais para essa área.

## Observações:

- 6 Priorizar a formação do jovem pobre, que deve ter melhor qualidade de ensino.

## **Coordenadores das Oficinas do Eixo Educação**

### **COORDENADORES DAS OFICINAS DO EIXO**

*Magali / Valéria (Lapa); Lucimeire/ Rodrigo (Anchietanum); Wilson (Anchietanum); Janice/ GenilsaHeloisa ( ); Ana Cristina (Santos); Luciana/ Osvaldo; ( ); Juliano/ Jadir (Campo Limpo); Rose/ Keli (Osasco)*

## **Assessores das Oficinas de Educação**

### **ASSESSORES DAS OFICINAS DE EDUCAÇÃO**

*Frei David (EDUCAFRO); Sergio / Altemar (MSU); Deputada Mariângela Duarte (PT); Lucelmo (Rede MINKA); Luzia Neositi (Santos); Milton Alves (Fórum de Educação Z/L); Wagner (MSU); Vereador Beto Custódio (PT).*

## **Temas das Oficinas do Eixo Educação**

*Universidade Pública Popular (Acesso, Qualidade/Perfil, Ligação com a comunidade, Ensino Público x Ensino Privado)/ Qualidade na Educação (Educação Básica e Ensino Médio)/ Grêmio Estudantil (Formação de Lideranças e Articulação)/ Alfabetização de jovens e adultos (Organização).*

# Trabalho

*“Ninguém construirá para outro morar, ninguém plantará para outro comer... meu povo gastará o que suas mãos fabricarem.” Is. 65, 22.*

1. A partir de seu I Congresso, a Pastoral da Juventude da Grande São Paulo e Litoral conclui que, com o problema do desemprego estrutural que o país enfrenta, a juventude torna-se o principal alvo desta realidade. A falta de experiência profissional ou a exigência de “diplomas” tornaram-se as “desculpas” perfeitas para justificarem o desemprego na juventude.
2. A ausência de trabalho para os jovens provoca falta de perspectiva no futuro e o tráfico de drogas e outras atividades ilícitas transformam-se em alternativas profissionais.
3. Faz-se necessária não somente a criação de programas de qualificação profissional, mas também a ampliação do mercado de trabalho para os jovens. O primeiro emprego e programas de geração de renda são ações de fundamental importância para a diminuição do problema de desemprego entre a juventude.
4. Quanto à Qualificação Profissional, muito refletida no I Congresso, classificamos as propostas entre parcerias a serem realizadas e ações do governo.
5. As parcerias podem se dar:
  - a. Entre as igrejas, prefeituras e governo estadual para atendimento da demanda e utilização de espaços para a formação técnico-profissional;
  - b. Entre Empresas e Escolas de formação técnica;
  - c. Com os conselhos regionais de juventude, educação, e desenvolvimento e juventude (onde houver) e o governo estadual para remanejamento da distribuição de vagas para a profissionalização técnica;
  - d. Entre governo e sociedade que poderiam ser financiadas pelo FUST (Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações) para capacitação dos jovens para o mercado de trabalho. Este fundo provém da cobrança sobre a conta telefônica;
2. Ações nas escolas públicas:
  - a. Estipular uma cota de 50% para pessoas de escolas públicas de baixa renda nos cursos de Escolas Técnicas e Profissionalizantes;
  - b. Criar cursos nas escolas técnicas de acordo com o mercado de trabalho local;
  - c. Que as escolas públicas tenham matérias técnicas em seus currículos, de acordo com a realidade local;
  - d. Incluir no Ensino Médio disciplinas de formação digital;
  - e. Aumentar o acesso aos computadores na rede pública de ensino;
  - f. Implantação de mais cursos profissionalizantes públicos, com encaminhamento dos alunos ao mercado de trabalho;
  - g. Proporcionar facilidades para que o jovem adquira requisitos exigidos no mercado de trabalho enquadrado nas exigências das empresas, como curso de inglês, por exemplo;
  - h. Que se assegurem laboratórios modernos bem equipados e trabalhos práticos que contribuam na formação ajudem no encaminhamento dos jovens para o mundo do mercado de trabalho;
  - i. Promover semanas culturais nas escolas com temáticas sobre vocação incentivo à profissionalização;
3. Ações para a democratização da informação e informática:
  - a. Informativos técnicos distribuídos gratuitamente;
  - b. Criação de centros de acesso à informática (tecnologia da informação e comunicação) em forma de Cooperativas juvenis, prestando serviços de inclusão digital e “virtual”;

- c. Investir em “Microônibus” (equipar ônibus com computadores, que transitem pela cidade e ofereçam cursos gratuitos de informática).
4. No que se refere sobre o acesso ao primeiro emprego, apresentamos projetos de leis e ações de governo:
4. No que se refere sobre o acesso ao primeiro emprego, apresentamos projetos de leis e ações de governo:
- a. Lei que incentive as empresas a contratarem estagiários por, no mínimo, um ano, com todos os direitos trabalhistas assegurados;
  - b. Leis que acabem com a obrigação da disponibilidade de horário (as empresas devem respeitar cada pessoa e suas condições de horário, de distância, estado civil, idade etc.). Por exemplo, que a empresa flexibilize seus horários para que o jovem possa estudar e não que o jovem tenha que deixar de estudar, ou alterar o estudo por causa do horário obrigatório.
  - c. Parceria entre governo e empresas para que estas possam contratar jovens sem experiência profissional, com incentivos governamentais a programas de primeiro emprego e outras facilidades de acesso a oportunidades;
  - d. Garantia de estágio após frequentar cursos técnicos;
  - e. Incentivo ao primeiro emprego;
  - f. Executar testes vocacionais, começando nas escolas públicas, tendo em vista o bom discernimento vocacional.
- ;Para a geração de renda e trabalho, é necessário incentivar as cooperativas, em especial aquelas provenientes dos talentos culturais de cada comunidade:
- 5. Abertura de pequenas empresas e cooperativas, inclusive as de artesanato e cultura em geral, a partir do investimento do governo.
  - 6. Um plano de negócios com análise de mercado, custos variáveis e capacitação profissional;
  - 7. Economia Solidária: organizar associações solidárias e Cooperativas Sustentáveis;
  - 8. Que o governo ofereça cursos que atualizem as pessoas no mercado de trabalho;
  - 9. Para a geração de renda e trabalho, é necessário incentivar as cooperativas, em especial aquelas provenientes dos talentos culturais de cada comunidade.
  - 10. Como a cultura é um elemento fundamental no cotidiano da juventude, percebe-se em muitas atividades culturais alternativas profissionais para os jovens. Neste sentido, apresentamos abaixo alguns projetos e propostas de geração de renda para a juventude através da Cultura:
    - a. Criação de linhas de crédito à profissionalização de novos artistas;
    - b. Valorização das culturas regionais por parte do poder público, ampliando o investimento em cultura como alternativa de trabalho;
    - c. Abertura de pequenas empresas e cooperativas, inclusive as de artesanato e cultura em geral, a partir do investimento do governo;
    - d. Fazer parcerias entre as comunidades, ONG's e universidades para desenvolver projetos culturais sustentáveis;
    - e. Análise das regiões da cidade para organizar, conforme a realidade, oficinas culturais de geração de renda;
    - f. Que o projeto Escola Aberta seja um espaço para formação profissional e cultural com funcionamento diário;
    - g. Unidades móveis com educadores e oficinairos para trabalharem com meninos de rua, envolvendo arte, cultura e geração de renda;
    - h. Oficinas culturais que trabalhem com uma visão de cultura popular, respeitando o folclore e as tradições da região onde estão sendo desenvolvidas;
    - i. Criação (onde não existe), por parte da Secretaria de Cultura, de postos de informações sobre as oficinas culturais e eventos realizados no município;
    - j. Realização de Festivais, workshops e Shows diversificados em diversos pontos da cidade com venda de artesanato.
  - 11. Economia Solidária: organizar associações solidárias e Cooperativas Sustentáveis;

12. Análise das regiões da cidade para organizar, conforme a realidade, oficinas culturais de geração de renda;
13. Valorização das culturas regionais por parte do poder público, ampliando o investimento em cultura como alternativa de trabalho;
14. Que o governo ofereça cursos que atualizem as pessoas no mercado de trabalho;
15. Fazer parcerias entre as comunidades, ONG's e universidades para desenvolver projetos culturais sustentáveis;
16. Criação de linhas de crédito à profissionalização de novos artistas;
17. Que o projeto Escola Aberta seja um espaço para formação profissional e cultural aberto todos os dias;
18. Unidades móveis com educadores e oficineiros para trabalharem com meninos de rua, envolvendo arte, cultura e geração de renda;
19. Oficinas culturais mais próximas da população;
20. Criação (onde não existe), por parte da Secretaria de Cultura, de postos de informações sobre as oficinas culturais e eventos realizados no município;
21. Realização de Festivais, workshops e Shows diversificados em diversos pontos da cidade com venda de artesanato;
22. Criação de um Fórum permanente de política cultural.
23. Constar a dimensão cultural no currículo escolar em matérias como História e Educação Artística

## **Coordenadores das Oficinas do Eixo Trabalho**

---

### **COORDENADORES DAS OFICINAS DO EIXO**

*Robson (Campo Limpo); Andréia (Belém); Irmã Creusa (Lapa); Aparecida/ Irmã Creusa/ Tidedi (Santo André); Dawid/ Ana Mariavi (Sé); Tatiana (Santos); Patrícia/a Ir. Janete/ Ir. Susana (Sé); Inácia (P. O. – Santo André); Janaína/ Cacá/ Aline (Santo André); Silvia (Santos).*

### **Assessores das Oficinas de Trabalho**

#### **ASSESSORES DAS OFICINAS DE TRABALHO**

*Danilo (MIRE); Ester (Belém/ Central da Juventude); Pe. Alberto Panichela (São Miguel); Eliana (Pastoral Operária); Vanessa (NAPES); Maria do Carmo (Pastoral Operária); Flávio (Rede MINKA); Paulão (Pastoral Operária); Estevan (Secretaria de Cultura de Mauá); Célio Pires (Jornal Freg. News).*

## **Temas das Oficinas do Eixo Trabalho**

*Primeiro Emprego (Programas, Qualificação, Experiências)/ Formação Profissional (Inclusão Digital e Ensino Técnico)/ Geração de Renda (Cooperativas e Economia Solidária)/ Terceiro Setor (Projetos e Parcerias)/ Cultura como Alternativa de Trabalho (Experiências e Mercado).*

# Participação Política

*“Eu vi muito bem a miséria do meu povo (...) Ouvei o seu clamor contra seus opressores, e conheço os seus sofrimentos. Por isso, desci para libertá-lo (...) Por isso, vá.” Ex. 3, 7-10.*

1. A partir de seu I Congresso, a Pastoral da Juventude da Grande São Paulo e Litoral afirma que a juventude se organiza em movimentos culturais, grêmios, movimentos esportivos, movimentos religiosos etc., de maneira autônoma, criativa, buscando se capacitar dentro de seus próprios recursos. Isso demonstra sua vontade de ser dinâmica, participativa, orgânica na sociedade, uma vez que esses movimentos não se restringem a seus próprios espaços, mas procuram sempre ir além de seus limites.
2. Por outro lado, as políticas públicas voltadas para a Juventude não se preocupam com suas diversidades, dando ênfase à mensagem de que ela compõe “o futuro da nação”, sendo fonte de consumo, numa sociedade extremamente capitalista em suas estruturas.
3. Faltam iniciativas que despertem o interesse por uma atuação política, assegurando a continuidade de uma prática que leve ao pleno exercício da cidadania.
4. O poder popular, aquele que emana do povo, que elege seus representantes, está desorganizado, resultando, muitas vezes, em escolhas mal feitas, facilitando até mesmo a comercialização do voto. Por isso, a juventude não se sente atraída para uma organização política, havendo uma distância muito grande entre o poder público institucionalizado e o poder popular.
5. Um exemplo disso é o modelo de reintegração social proposto pela FEBEM. Não é aprovado pela Pastoral da Juventude, pois seu objetivo é totalmente deturpado, uma vez que esta Fundação tem atuado na sociedade como escola do crime. Isso não é política pública para a Juventude, mas sim uma arma contra ela.
6. Para maior participação e conscientização política, o I Congresso da Pastoral da Juventude da Grande São Paulo e Litoral propõe algumas ações:
  - a. Como garantia da participação, controle e fiscalização do Orçamento público, é necessária a implementação do Orçamento Participativo nos níveis municipais, estadual e federal;
  - b. Para criar o elo entre os poderes popular e público é preciso que se constituam os Conselhos de Juventude, no âmbito municipal, estadual e federal;
  - c. Para estabelecer uma conscientização popular que favoreça o estudo e discussão de projetos e o acesso e fiscalização do poder público pelo popular, incentivem-se os Centros de Formação Política para a Juventude, onde possam ser gestados projetos e discussões de participação, conscientização e informação do jovem na política;
  - d. Educação Política nas escolas da seguinte forma: infantil e início do ensino fundamental – iniciação à política; ensino fundamental – conscientização sobre o Primeiro Voto e Cidadania; ensino médio – os interesses, perspectivas e sonho dos jovens, construindo políticas públicas;
  - e. Projetos Culturais, que desenvolvam a formação e informação da Juventude, no campo político, econômico, social e cultural, visando a expressão e mobilização da Juventude;
  - f. Criação de Centros de Referência da Juventude;
  - g. Implantação do Voto Facultativo.
  - h. As votações de projetos Legislativos devem ser abertas, não secretas, sendo publicados nos órgãos oficiais de imprensa seus resultados, inclusive as abstenções;
  - i. Conscientizar a população e despertar o interesse e a parceria aos movimentos já existentes que lutam pelos direitos humanos e apoiar os projetos já existentes nas áreas da criança e adolescentes;
  - j. Eleições diretas para cargo de Diretor de Escola;

- k. Participar e fortalecer os Conselhos de Escola, eleitos pelos seguimentos que compõe a comunidade escolar;
  - l. Implementação (onde não existe) e ou Cumprimento da Lei 12617 – que torna obrigatório o acréscimo no currículo: as leis de trânsito e noções básicas de cidadania para despertar a consciência dos alunos;
7. Para maior acompanhamento e participação em defesa dos direitos das Crianças e Adolescentes, propomos:
- a. A descentralização das unidades de internação de jovens infratores, em dimensões menores, evitando super lotação;
  - b. Realização de trabalhos culturais internos, nas unidades de internação;
  - c. Acompanhar a aplicação dos investimentos do Estado para o atendimento à criança e adolescente, incluindo os adolescentes em conflito com a lei;
  - d. Trabalhar o Estatuto da Criança e do Adolescente nas escolas;
  - e. Fortalecer iniciativas já existentes, no campo da criança e adolescente: adolescente aprendiz, fundação Florestan Fernandes, Educafro, Mova, Cursinhos Populares, ETE, etc;

## **Coordenadores das Oficinas do Eixo Participação Política**

- 4. O poder popular, aquele que emana do povo, que elege seus representantes, está desorganizado, resultando, muitas vezes, em escolhas mau feitas, facilitando até mesmo a comercialização do voto. Por isso, a juventude não se sente atraída para uma organização política, havendo uma distância muito grande entre o poder público institucionalizado e o poder popular.
- 4. Um exemplo disso é o modelo de reintegração social proposto pela FEBEM. Não é aprovado pela Pastoral da Juventude, pois seu o objetivo é totalmente deturpado, uma vez que esta Fundação tem atuado na sociedade como escola do crime. Isso não é política pública para a Juventude, mas sim uma arma contra ela.
- 5. Diante disso, a Pastoral da Juventude da Grande São Paulo e Litoral propõe:

### **Projetos:**

- 5.1. Para uma maior participação, controle e fiscalização sobre o Orçamento Público, é necessária a implementação do Orçamento Participativo, nos níveis municipais, estaduais e federal.
- 5.2. Para criar o elo entre os poderes popular e público, é preciso que se constituam os Conselhos de Juventude, no âmbito municipal, estadual e federal.
- 5.3. Para estabelecer uma conscientização popular que favoreça o estudo e discussão de projetos e o acesso e fiscalização do poder público pelo popular, incentivem-se os Centros de Formação Política para a Juventude, onde possam ser gestados discussões e projetos de participação, conscientização e informação do jovem na política.
- 5.4. Educação Política nas escolas da seguinte forma: infantil e início do ensino fundamental – iniciação à política; ensino fundamental – conscientização sobre o Primeiro Voto e Cidadania; ensino médio – os interesses, perspectivas e sonho dos jovens, construindo políticas públicas.
- 5.5. Projetos Culturais, que desenvolvam a formação e informação da Juventude, no campo político, econômico, social e cultural, visando a expressão e mobilização da Juventude.
- 5.6. Criação de Centros de Referência da Juventude.
- 5.7. Implantação do Voto Facultativo.

### **Ações:**

- 5.8. As votações de projetos Legislativos devem ser abertas, não secretas, sendo publicados nos órgãos oficiais de imprensa seus resultados, inclusive as abstenções.



- 5.9. Para conscientizar a população e despertar o interesse e a parceria nos movimentos já existentes que lutam pela melhoria e pelos direitos humanos, apoiar os projetos que já existentes na área de criança e adolescente.
- 5.10. A descentralização das unidades de internação, em dimensões menores, evitando superlotação.
- 5.11. Realização de trabalhos culturais internos, nas unidades de internação.
- 5.12. Acompanhamento de investimentos do Estado para o atendimento à criança e adolescente, incluindo os adolescentes em conflito com a lei.
- 5.13. Trabalhar o Estatuto da Criança e do Adolescente nas escolas.
- 5.14. Fortalecer iniciativas já existentes, no campo da criança e adolescente: adolescente aprendiz, Fundação Florestan Fernandes, Educafro, Mova, Cursinhos Populares, ETE, etc.
- 5.15. Eleições diretas para cargo de Diretor de Escola.
- 5.16. Conselhos de Escola, eleitos pelos seguimentos que compõe a comunidade escolar.
- 5.17. Cumprimento da Lei 12617 – currículo: as leis de trânsito e noções básicas de nossa sociedade
- 5.18. Aumento das aulas/hora.

---

### **COORDENADORES DAS OFICINAS DO EIXO**

*Robson (Santos); Julio César (Osasco); Cleusa (Campo Limpo); Adilson (Santos); Edson/ Oíres (Santo André); Gilmar (Santo André); Alexandre/ José Marcio (Mogi); Carlos Dudu (Guarulhos).*

## **Assessores das Oficinas de Participação Política**

### **ASSESSORES DAS OFICINAS DE CULTURA**

*Vereador. Mauro Kano (PT/ Rede MINKA); Vereador. Vicente Cândido (PT); Vereadora. Antonieta (PT); Marcelo (CRJ – Santo André); Vereador Edgar (PT e PJ Lins); Paulino (Conselho Tutelar Diadema); Ariel (Direitos Humanos).*

## **Temas das Oficinas de Participação Política**

*Ocupação do Poder Público (Candidaturas e Mobilização)/ Acompanhamento do Poder Legislativo (Fiscalização e Orçamento da Juventude)/ Centro de Referência para a Juventude (Coordenadorias)/ Conselhos Municipais (Articulação)/ ECA (Conselhos Tutelares e FEBEM).*

# Propostas de Mobilização

## Para a Pastoral da Juventude e Movimentos Juvenis

A Pastoral da Juventude, sabendo que para se ter uma transformação efetiva na sociedade é preciso que cada pessoa se torne protagonista da história e da sociedade, propõe alguns indicativos a seus grupos de base e organização interna, bem como, aos demais movimentos de juventude:

1. Criar fóruns regional e nacional da PJ de defesa dos direitos humanos;
2. Ter representantes da PJ nos conselhos gestores municipais;
3. Enfatizar o tema dos Direitos Humanos no DNJ;
4. Realizar trabalhos e celebrações macro-ecumênicas, buscando um maior diálogo com as religiões afro-originárias;
5. Apresentar uma carta de repúdio aos governantes, questionando e criticando a situação atual dos jovens presidiários;
6. Desenvolver trabalhos conjuntos com a Pastoral Carcerária;
7. Aprofundar a reflexão sobre relações de gênero na Pastoral da Juventude;
8. Criar fóruns municipais da PJ voltados para a questão do Meio Ambiente;
9. Realizar eventos de conscientização ecológica que envolva os jovens da PJ, prefeitura e ONG's;
10. Participação na Agenda 21;
11. Criar uma página na internet para conscientização de questões ambientais e outros assuntos relacionados às outras oficinas do Congresso;
12. Criação de um Fórum na PJ de combate às drogas;
13. Trabalhar conjuntamente com os conselhos tutelares;
14. Desenvolver o tema da Gravidez na adolescência durante as Semanas da Cidadania;
15. Parceria entre a PJ e a Pastoral Familiar para que os pais possam ter informação e conversar com seus filhos adolescentes;
16. Capacitar pessoas nas paróquias para a implantação de clínicas de ajuda a dependentes químicos;
17. Visitas de apoio a famílias de dependentes químicos das comunidades;
18. Criação de uma escola permanente sobre cultura na PJ;
19. Criação de uma rádio pastoral;
20. Realização de cursos de formação nas dioceses, com conteúdo artístico/cultural;
21. Resgatar aspectos históricos/culturais das comunidades e paróquias, divulgando-os;
22. Promover debates sobre o acesso à universidade pública como um todo, além da iniciativa de abertura de cursos pré-vestibulares;
23. Organizar fóruns participativos abertos à comunidade para discussão em escolas, associações, igrejas e pessoas afins sobre a melhoria da qualidade na educação;
24. Participar do movimento a favor da derrubada dos vetos sobre o Plano Nacional Educacional e participar dos planos de educação estaduais e municipais;
25. Mobilizar os grupos para trabalharem a cidadania dentro das escolas, levantando os problemas da comunidade e buscar soluções adequadas à sua realidade;
26. Fiscalizar a aplicação do dinheiro público na educação;
27. Aprofundar discussão do Fundo Nacional de Educação;
28. Criar uma comissão de educação na Pastoral da Juventude;
29. Criar órgãos que propiciem a formação de cooperativas em cada diocese;
30. Formar ONG's que tratem do tema do Primeiro Emprego;
31. Articular visitas às unidades da FEBEM;
32. Realizar encontros de fé e política.

# Conclusão

*“Justiça e Paz se abraçarão.” Sl. 85,11.*

1. A elaboração desse Programa de Políticas Públicas para a Juventude reuniu grandes esforços, contando com a participação de cerca de 1.200 jovens, além de uma Assessoria Especializada para o trabalho em cada oficina e personalidades nas áreas desenvolvidas em cada eixo temático.
2. As propostas apresentadas não pretendem esgotar todo o anseio dessa Juventude, mas são referências para provocar o debate no seu meio, que deve continuar, através de grupos de trabalho e redes de informação, além de serem bandeiras urgentes para sua organização e mobilização.
3. Palestras, debates, encontros, realizam-se em grande número. É hora de lucidez crítica e ação coerente. Tornar eficaz e eficiente este Congresso, pois é hora da Juventude mostrar a força e a garra que se concentra em seu meio.
4. As políticas públicas para a Juventude nunca devem ser pensadas de forma fragmentada ou isoladas. A transversalidade entre os diversos campos de convivência da juventude é fundamental para a elaboração de propostas que respeitem a diversidade da juventude e sua complexidade.

**Propostas Internas  
Para a Pastoral da Juventude  
(Indicativos de trabalho)**

A Pastoral da Juventude, sabendo que para se ter uma transformação efetiva na sociedade é preciso que cada pessoa se torne protagonista da história e da sociedade, propõe alguns indicativos a seus grupos de base e organização interna:

33. Criar fóruns regional e nacional da PJ de defesa dos direitos humanos;
34. Ter representantes da PJ nos conselhos gestores municipais;
35. Enfatizar o tema dos Direitos Humanos no DNJ;
36. Realizar trabalhos e celebrações macro-ecumênicas, buscando um maior diálogo com as religiões afro-originárias;
37. Apresentar uma carta de repúdio aos governantes, questionando e criticando a situação atual dos jovens presidiários;
38. Desenvolver trabalhos conjuntos com a Pastoral Carcerária;
39. Aprofundar a reflexão sobre relações de gênero na Pastoral da Juventude;
40. Criar fóruns municipais da PJ voltados para a questão do Meio Ambiente;
41. Realizar eventos de conscientização ecológica que envolva os jovens da PJ, prefeitura e ONG's;
42. Participação na Agenda 21;
43. Criar uma página na internet para conscientização de questões ambientais e outros assuntos relacionados às outras oficinas do Congresso;
44. Criação de um Fórum na PJ de combate às drogas;
45. Trabalhar conjuntamente com os conselhos tutelares;
46. Desenvolver o tema da Gravidez na adolescência durante as Semanas da Cidadania;
47. Parceria entre a PJ e a Pastoral Familiar para que os pais possam ter informação e conversar com seus filhos adolescentes;
48. Capacitar pessoas nas paróquias para a implantação de clínicas de ajuda a dependentes químicos;
49. Visitas de apoio a famílias de dependentes das comunidades;
50. Criação de uma escola permanente sobre cultura na PJ;
51. Criação de uma rádio pastoral;
52. Realização de cursos de formação nas dioceses, com conteúdo artístico/cultural;
53. Resgatar aspectos históricos/culturais das comunidades e paróquias, divulgando-os;
54. Promover debates sobre o acesso à universidade pública como um todo, além da iniciativa de abertura de cursos pré-vestibulares;
55. Criar uma comissão de educação na Pastoral da Juventude;
56. Criar órgãos que propiciem a formação de cooperativas em cada diocese;
57. Formar ONG's que tratem do tema do Primeiro Emprego;
58. Articular visitas às unidades da FEBEM;
59. Realizar encontros de fé e política.



# Coordenação do Congresso

A Coordenação Geral do Congresso foi composta por dois representantes de cada diocese do Sub-regional SP2 e cada região episcopal da Arquidiocese de São Paulo. Dessa coordenação geral foi definida uma equipe executiva que era composta por D. Fernando Legal (Bispo da diocese de São Miguel Paulista), D. Gil Moreira (Bispo da região Ipiranga), D. Décio (Bispo da diocese de Santo André), Pe. Sefrin e Pe. Joaquim (Assessores da Região Sé e de Santo André, respectivamente), Clécia (Assessora da diocese de Santo André), Dalmo (Coordenador da Arquidiocese de São Paulo), Nilza (Representante da diocese de São Miguel) e Renato (Representante do estado na Coordenação Nacional da PJ).

*Cardeal Dom Claudio Hummes*  
*Dom Airton José dos Santos*  
*Dom Fernando Legal*  
*Dom Fernando Figueiredo*  
*Dom Jacyr Braidó*  
*Dom Paulo Antonino Roxo*  
*Dom Ercílio Turco*  
*Dom Luiz Gonzaga*  
*Dom Emilio Pignoli*  
*Dom Pedro Stringhini*  
*Dom Odilo Scherer*  
*Dom Gil Moreira*  
*Dom Manoel Parrado*  
*Dom Benedito Beni*  
*Dom José Simão*

*Arquidiocese de São Paulo*  
*Diocese de Santo André*  
*Diocese de São Miguel Paulista*  
*Diocese de Santo Amaro*  
*Diocese de Santos*  
*Diocese de Mogi*  
*Diocese de Osasco*  
*Diocese de Guarulhos*  
*Diocese de Campo Limpo*  
*Região Belém*  
*Região Santana*  
*Região Ipiranga*  
*Região Sé*  
*Região Lapa*  
*Região Brasilândia*

**SUB-  
RE  
GIO  
NAIS  
SP1 e SP2**

# Agradecimentos

Muitas pessoas contribuíram para a elaboração e organização das oficinas. Agradecemos imensamente aos coordenadores e assessores de cada uma das oficinas, principais responsáveis pela realização das mesmas. Porém, além destas companheiras e companheiros, muitas pessoas foram fundamentais para que o Congresso acontecesse. Nesta empreitada estão a Márcia (assessora da diocese de Santo André e responsável pela organização das oficinas), Vereador Mauro Kano (secretário da Rede Minka, assessorou oficina, sistematizou vários eixos deste documento e orientou a organização das oficinas), Pe. Onivaldo e Ademir (membros da CRPJ, sistematizaram as propostas durante o Congresso), Rogério de Oliveira (escritor e assessor em São Miguel, contribuiu na sistematização dos eixos), Carlos Strabeli (orientou a elaboração dos momentos de espiritualidade do Congresso), Helena Abramo (assessora da Comissão de Juventude da Câmara Municipal de São Paulo, orientou e revisou este documento), Robson (Assessor em Santos, muito contribuiu com a organização dos participantes nas oficinas), Márcio Camacho (assessor regional, sistematizou o eixo de cultura), Wilson (assessor do Anchieta, sistematizou o eixo de educação), as direções do Colégio São José e da EMEI Carlos Drummond de Andrade.

Sem medir esforços, os palestrantes do Congresso muito contribuíram. Também merecem especiais agradecimentos: Prof. Dr. Mario Sergio Cortella, Prof. Plínio de Arruda Sampaio Jr., Waldemar Rossi, Pe. Jaime Crowe, Rosana, Prof. José Carlos Vaz (também contribuiu na elaboração das temáticas das oficinas), Vereador Zé Antonio (também garantiu a estrutura de diversas coisas para a realização do Congresso), Chico Whitaker, D. Aloísio Penna e D. Irineu Danelon.

O Congresso também contou com a colaboração das prefeituras de Santo André e Diadema; Pastoral Operária e CEB's da diocese de Santo André; diversos institutos e movimentos que trabalham com a questão das políticas juvenis e muitos parlamentares comprometidos com a causa da juventude. Mencionamos os nossos(as) companheiros(as) que se empenharam nas equipes de comunicação, cultural, animação, enfermagem, finanças, infra-estrutura, liturgia, secretaria, subsídio e transportes. Agradecemos às Cúrias Diocesanas e Regionais do SP1 e SP2 pela promoção do Congresso. Também contamos com o apoio de muitos bispos, padres e religiosas que muito se dedicam no trabalho com os jovens. (que muito contribuíram na assessoria das oficinas).

Agradecemos também a contribuição da Paulus Gráfica e Editora, das Edições Loyola, das Paulus Livraria de Santo André para a confecção do material gráfico de divulgação. A todas as famílias/residências, paróquias e comunidades da Diocese de Santo André que acolheram generosamente tantos jovens congressistas como se fossem seus filhos.

# Sobre o ANEXO

Nas próximas páginas deste documento estão, em anexo, as resoluções do 5º Encontro Nacional da Rede Minka (Rede de Militantes da Pastoral da Juventude do Brasil). Tal encontro aconteceu durante os dias 23 a 27 de janeiro de 2002 na cidade de São José dos Campos. O tema que norteou este encontro foi Políticas Públicas para a Juventude.

A Rede Minka possui uma organização nacional autônoma perante a organização da Pastoral da Juventude. Porém, ambas possuem profunda ligação. As resoluções do encontro da Rede Minka estão em anexo, pois também possuem forte ligação com as propostas que saíram das oficinas do I Congresso da PJ da Grande São Paulo e Litoral.

# Anexo

## Rede Nacional de Militantes da Pastoral da Juventude do Brasil



### Carta de São José dos Campos (trechos)

Reunidos de 23 a 27 de janeiro de 2002, em São José dos Campos – São Paulo, nós, jovens da Rede de militantes Minka, de todas as regiões de Brasil, discutimos sobre a atual conjuntura brasileira e partilhamos o sonho da sociedade que queremos, pautada nos princípios da Ética, da Fé e da Política Cristã. A sociedade não está compatível com a atual realidade imposta aos povos de todo o mundo pelo sádico poder imperialista do capital, representado a priori pelos EUA e pelas elites locais, que aprofunda contrastes entre ricos, pobres e miseráveis, à medida que atentam contra os Direitos Humanos e contra a vida; abortando até o nosso direito de sonhar. (...)

(...) Neste ano temos a responsabilidade de confirmar uma das alternativas. Entendendo que não podemos ficar isentos nesta disputa, ousamos **construir junto um projeto que defenda a vida, a soberania e o fim da exclusão**, pautados no evangelho e na utopia socialista.

*Como escultura saindo da pedra, / a utopia floresce na rua.*

*Por homens (e mulheres) que são escultores / E também a escultura (Anônimo Africano)*

Essas propostas foram feitas no princípio da inclusão dos jovens nas políticas públicas, saúde, educação, emprego e renda, cultura, meio ambiente e direitos humanos e do seu protagonismo na construção dos pilares da revolução brasileira.

O desafio está lançado! Devemos assumir, até as últimas conseqüências, nossa missão profética de denunciar o que produz a morte, anunciar o Reino de Deus entre homens e mulheres, iniciando sua construção.

*Num só pensamento, numa só força e num só coração. Axé!*

**São José dos Campos – SP, 27 de janeiro de 2002**  
**V Encontro Nacional da Rede Minka**



*“Ser o que se é, falar o que se crê  
Crer no que se prega, viver o que se proclama.  
Até as últimas conseqüências”  
(D. Pedro Casaldáliga)*

Propostas (esse documento traz outras enriquecedoras contribuições de propostas de políticas públicas estudadas por jovens de todo Brasil)

1.



1. **A Rede Minka** é uma organização nascida da caminhada de jovens que percorreram o processo de educação da fé e que foram assumindo compromissos na sociedade civil e em partidos políticos. A Rede é um espaço de acompanhamento da vivência da fé cristã, de alimentação da nossa mística e de partilha das experiências para realizar nossa missão nesses ambientes.
2. **Nosso desafio** é apresentar à militância jovem de nosso país, e à juventude em geral, um Projeto Alternativo para o Brasil onde os jovens sejam também protagonistas. Sonhamos com um projeto audacioso de incentivar um Movimento de Juventude, no Brasil.
3. O objetivo do V Encontro Nacional da Rede Minka, realizada em São José dos Campos, nos dias 23 a 27/01/02, com a presença de jovens de todas as regiões do Brasil, foi aprofundar a discussão sobre políticas públicas para a juventude. Nossa intenção foi elaborar propostas para ampliar a atenção dada à juventude nas plataformas dos candidatos e definir diretrizes para a construção de um Projeto para a Juventude. Porém, mais que apresentar propostas, nossa decisão foi organizar a ação da Rede de maneira que ela interaja com os movimentos sociais na construção das propostas e na posterior cobrança da implantação de políticas públicas, que visem a melhoria da qualidade de vida de toda a população.
4. Discutimos sobre a atual conjuntura brasileira e partilhamos o sonho da sociedade que queremos, pautada nos princípios da Ética, da Fé e da Política Cristã. Vimos que a sociedade não pode suportar a atual realidade imposta aos povos de todo o mundo pelo poder imperialista do capital, representada pelos países ricos e pelas elites locais. Esta situação aprofunda o contraste entre ricos, pobres e miseráveis, à medida que atentam contra os Direitos Humanos e contra a vida; abortando até o nosso direito de sonhar.
5. A América Latina, sempre marcada por graves crises econômicas, fruto da dependência colonial, tem hoje como exemplo a Argentina, que ao seguir a política imposta pelo FMI chegou ao grau máximo de falência social, política e econômica, mostrando a fragilidade da sua soberania, provocando um grito de desespero e descrença de seu povo que pode ser um anúncio do que pode ocorrer com os países da América Latina que se curvam à política Neoliberal.
6. As elites brasileiras operam uma política de liquidação do papel do Estado. Ao suprimirem a capacidade de intervenção da esfera pública na condução dos objetivos estratégicos do país, as políticas neoliberais não apenas desconstituem o Estado de suas funções, mas também o deslegitimam diante da sociedade. Nós queremos que o espaço público esteja comprometido com a sociedade civil, integrado a ela, em vez das manipulações que, hoje, as instituições públicas vêm exercendo sobre as entidades civis. O Brasil também vive um momento de muita tensão. Está em “trabalho de parto”, devido à fragilidade da estabilidade econômica, bancada pelo aumento da dívida externa e pela política das privatizações onde perde suas reservas e, conseqüentemente, sua soberania.
7. Quando um grupo de jovens se faz presente num Conselho Municipal de Saúde e apresenta iniciativas de combate ao uso de drogas, introduz neste Conselho, com sua simples presença, uma dimensão nova e uma dinâmica regeneradora da atividade política. Quando um grupo de teatro ou uma banda agrega um grupo de jovens em torno do objetivo de criar, de exprimir-se culturalmente, abre um conjunto de possibilidades de participação ativa no processo social, na produção de idéias, no diálogo com a comunidade à qual pertence ou mesmo num âmbito mais amplo da sociedade.
8. Estamos entre duas alternativas. De um lado a reversão neocolonial, caracterizada pela confirmação da atual política, agravada pelos últimos acontecimentos mundiais que visam justificar a barbárie e o terror. A elite na sua voracidade de dominação e frente à resistência dos verdadeiros patriotas, mostra suas garras, valendo-se da brutalidade, da estupidez, de sufocar à força a voz daqueles que pregam a construção de uma sociedade alternativa. De outro, a proposta de transformação radical da realidade brasileira como alternativa das classes populares, uma vez que a burguesia deu as costas ao povo e insensivelmente aprofundou as desigualdades.
9. Neste ano de intensa discussão política, temos a responsabilidade de confirmar uma das alternativas. Conscientes que não podemos ficar isentos nesta disputa, ousamos fazer propostas para **construir juntos** um projeto que defende a vida, a soberania e o fim da exclusão, pautados no evangelho e na utopia socialista. Fizemos propostas para nós mesmos que tentaremos construir desde já. E, no sentido de convocar para a discussão com a sociedade e com os candidatos, colocamos algumas propostas que visam a inclusão dos jovens nas políticas públicas, saúde, educação, emprego e renda, cultura, meio ambiente e direitos humanos. De maneira especial convocamos os jovens a assumir seu protagonismo na construção dos pilares de uma nova nação brasileira.
10. Propostas visando contemplar ou ampliar o interesse da juventude (em itálico, as diretrizes, em tipo normal, as bandeiras e ações):

## **NO CAMPO DA CULTURA**

1. *Respeito, resgate e valorização da cultura popular regional e dos artistas jovens*
2. *Espaços culturais nos bairros que não dependam de “coronéis” ou de mandatos.*
3. *Cultura e lazer – espaço de formação e cidadania*
4. Incluir no currículo escolar os movimentos culturais, história da cultura local e geral
5. Revisão das leis de concessão dos veículos de comunicação e apoio às rádios comunitárias

## **NO CAMPO DA EDUCAÇÃO**

6. *Programa ousado de Alfabetização de jovens e adultos;*
7. *Universalização do ensino universitário garantindo oportunidades reais a todos os jovens.*
8. *Participação e integração escola-aluno-comunidade e a escola espaço aberto para a juventude*
9. *Valorização e remuneração digna dos professores*
10. *Formação continuada (diferente da não-reprovação) – currículo – formação do aluno – formação do profissional.*
11. *Gestão democrática de fato nas escolas; votação direta para Diretor.*
12. *Propor a discussão sobre a cota de negros e pobres nas universidades públicas*
13. *Cursinhos pré-vestibulares*
14. *Propomos que nos governos democráticos populares os investimentos mínimos na educação sejam de 30%*
15. *Aprofundar discussão do Fundo Nacional de Educação.*
16. *Questionamento da não-reprovação, acompanhada de uma reforma na educação que tenha como eixo teoria, organização e ação, com estágios obrigatórios e participação ativa nas comunidades*
17. *Garantir assistência psicológica social nas escolas, a cada 500 alunos.*
18. *Implantação da educação especial e a contratação de profissionais para essa área.*

## **NO CAMPO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS**

19. *Considerar as diferenças na juventude por razões sócio econômicas, culturais, ecológicas de cada região.*
20. *Centro de referência para a juventude.*
21. *Criação de um ministério da juventude com fundo específico.*
22. *Ampliar e facilitar o acesso aos recursos federais voltados para a juventude espalhados em diversos ministérios.*

## **NO CAMPO DA SAÚDE**

23. *Que os conselhos de saúde priorizem as necessidades da juventude - prevenção contra as drogas, gravidez na adolescência, DST e HIV - e fiscalize a implantação das medidas da Secretaria da Juventude.*
24. *Controle de qualidade da programação dos meios de comunicação no que atenta contra a saúde da juventude.*
25. *A linguagem das campanhas acessível à juventude e garantindo seu protagonismo.*
26. *A implantação de programas educativos para a juventude sendo ela a protagonista.*
- 11.
27. *Programas específicos de atenção à saúde com garantia de condições trabalho, de ambientes seguros e saudáveis e de proteção aos jovens trabalhadores contra acidentes e doenças ocupacionais (LER).*
28. *Programa de educação para a saúde nos currículos escolares nos diferentes níveis de ensino*
29. *Criação da Secretaria da Juventude em todos os níveis onde as pessoas que implementam as políticas de ação conheçam e sejam comprometidas com as necessidades da juventude.*
30. *Aumento e garantia de programas de saúde específicos para a juventude urbana e rural aos serviços de odontologia, terapia, psicológico, ginecológico, ambulatorial de doenças.*
31. *Criação de Centros de referência e serviços especializados na saúde da juventude.*

## **NO CAMPO DA SEGURANÇA, JUSTIÇA E DIREITOS HUMANOS**

32. *-Serviço militar optativo.*
33. *-Programa de cultura e lazer para juventude.*
34. *Campanha contra a redução da idade penal articulada com campanhas de cunho político, econômico e social, como a da ALCA.*
35. *Criação do Conselho Nacional de Juventude, nos moldes do Conselho Municipal de Juventude.*
36. *-Programas para o 1º Emprego.*

## **NO CAMPO DO TRABALHO, RENDA E MEIO AMBIENTE**

37. *O estágio como complemento de formação do jovem trabalhador, acompanhado por um profissional da área específica.*
38. *Jornada de trabalho dos jovens de 16 a 20 anos de 30 horas semanais, sem redução do salário visando seu desenvolvimento e sua formação.*

39. Pesquisar a vocação dos municípios e seu potencial aproveitamento na geração de novos postos de trabalho e de renda. Oferecer qualificação para o surgimento e modernização desses postos de trabalho.
40. Criação de programas similares ao “primeiro emprego”, que estimulem a contratação de jovens sem experiência profissional nas pequenas empresas.
41. Criação da função de “agentes permanentes do meio ambiente”, que receberão formação específica para este fim, para trabalhar em bairros e comunidades na proteção ambiental - outra utilização do lixo, coleta seletiva, reciclagem, proteção de mananciais e criação da consciência de proteção ambiental,.
42. Criação de cotas para alunos provenientes da Rede Pública nas escolas técnicas públicas.
43. Criação de Casas da Juventude, que congreguem as expressões organizadas da juventude, fóruns de debates permanentes, cursos de capacitação, incentivo à cultura e divulgação dos trabalhos realizados para Juventude para a sociedade.
44. Linhas de crédito. Banco a Grupos Juvenis de Produção (auto-gestão).
12. Criação de Casas da Juventude, que congreguem as expressões organizadas da juventude,
13. fóruns de debates permanentes, cursos de capacitação, incentivo à cultura e divulgação dos trabalhos realizados para Juventude para a sociedade.
- Linhas de crédito. Banco a Grupos Juvenis de Produção (auto-gestão).
45. Financiamento para jovens estagiários para pesquisas com a responsabilidade social de retorno à população.
46. Promover formação em Economia Solidária à sociedade (Juventude) com objetivo de discutir novas formas de trabalho.



Q  
U  
e  
m  
  
S  
o  
M  
OO  
S

# HINO DO I CONGRESSO DA PASTORAL DA JUVENTUDE DA GRANDE SÃO PAULO E LITORAL

## Juntos somos mais

-Em cada esquina, em cada estrada,  
A vida é pisada e desprezada  
Qual meu papel diante disto?  
A questão me incomoda, mas não desisto.  
-A realidade é preciso mudar.  
Sozinho é difícil transformar  
Por isto a saída é a união  
Todos juntos, mão na mão

NAS VILAS, FAVELAS E À BEIRA MAR  
COM JESUS CRISTO VAMOS VER BROTAR  
NOVA POLÍTICA QUE TRAZ A PAZ  
EDUCAÇÃO, CULTURA E MUITO MAIS!

-Queremos trabalhar e ganhar nosso pão  
Vivendo num mundo sem exclusão  
Que todos possam viver dignamente  
Podendo andar livremente  
-Queremos espaço para passear,  
Jogar, brincar, sair, namorar  
Queremos educação de verdade  
Que estimule nossa capacidade

-Sabemos que a paz é dom de Deus  
E que ele espera dos filhos seus  
Que todos lutem contra exploração  
O Reino de Deus é a nossa opção  
-Espalhamos no mundo as sementes  
De paz, amor pra toda gente  
Que sonha com um mundo novo pros seus  
E que partilha do sonho de Deus

---

### **CONTATOS E INFORMAÇÕES SOBRE O DOCUMENTO:**

*Nilza* (Diocese de São Miguel Pta)  
*Márcia* (Diocese de Santo André)  
*Dalmo* (Arquidiocese de São Paulo)  
*Renato* (Coordenação Nacional)